

RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.847 - SC (2013/0152164-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : PADARIA E CONFEITARIA BIG PÃO LTDA -
MICROEMPRESA
ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO POVOA SPOSITO - SC011850
RECORRIDO : CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADOS : GUILHERME GOLDSCHMIDT E OUTRO(S) - RS043165
JOÃO DE BONA FILHO - SC019145
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Padaria e Confeitaria Big Pão Ltda. - Microempresa**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 309):

TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DO MÉRITO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- 1. A ação foi ajuizada objetivando o pagamento da correção monetária integral dos valores cobrados a título de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, a partir de 1987, com repercussão nos juros remuneratórios previstos na legislação que rege a matéria.*
- 2. Comprovado que os créditos oriundos do recolhimento do empréstimo compulsório foram cedidos pela autora/apelante a terceiro - o qual, inclusive, já postulou em juízo o direito às diferenças de correção monetária sobre eles incidentes.*
- 3. Extinto o feito sem análise do mérito, ante a ilegitimidade ativa ad causam, em face da comprovação da cessão dos créditos demandados.*
- 4. Mantida a condenação ao pagamento, em solidariedade com o patrono, da multa por litigância de má-fé, uma vez que inequívoco o conhecimento da autora e de seu patrono dos termos do contrato de cessão, firmado antes do ajuizamento da ação.*
- 5. Verba honorária fixada em 10% sobre o valor atribuído à causa, a ser dividida entre as rés.*

Superior Tribunal de Justiça

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 17 do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: (I) não estaria demonstrada a má-fé apta a amparar a condenação à multa prevista no art. 17 do CPC/73, pois "*em nenhum momento dos autos foi formulada pretensão contra fato incontroverso ou alteração da realidade dos fatos, já que o(a) próprio(a) recorrente reconheceu que tinha cedido os créditos constituídos - UP's, mas entende que a discussão sobre as diferenças decorrentes dos critérios de devolução do empréstimo compulsório eletrobrás é de legitimidade do contribuinte do tributo*" (fl. 322); (II) não haveria previsão legal acerca da condenação solidária do advogado em relação à multa de litigância de má-fé.

Contrarrazões às fls. 355/367.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Preliminarmente, cumpre salientar que, por meio das petições de fl. 406 e de fls. 429/430, alega o recorrente a existência de fato novo apto a interferir no julgamento do recurso especial, qual seja: "*a recorrente (Padaria e Confeitaria Big Pão Ltda.) não vendeu os referidos créditos, já que na época da assinatura do contrato de cessão de crédito (20/05/2003) o Sr. Nestor Silvio Winzewski não era mais sócio da empresa*" (fl. 406). No entanto, tal aspecto fático não se trata de fato novo, nos termos do art. 462 do CPC/73, mas sim de inovação recursal que não pode ser aqui conhecida, sob pena de supressão de instância.

No mérito, no que tange à configuração da litigância de má-fé, extrai-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 306/307):

A parte autora requer seja afastada a condenação ao pagamento, em solidariedade com o patrono, da multa por litigância de má-fé, fixada em R\$ 1.000,00 (um mil reais), sob o

Superior Tribunal de Justiça

argumento de que não houve pretensão contra fato incontroverso.

Como já referido anteriormente, o contrato de cessão foi firmado pela autora bem antes do ajuizamento da presente ação, e da simples leitura depreende-se a cessão dos direitos aqui perseguidos.

Dessa forma, não vejo motivo para afastar a condenação feita com propriedade pelo juiz a quo, nos seguintes termos:

'Outrossim, a litigância de má-fé da autora resta evidenciada, sobretudo na petição constante do EVENTO 29, onde mesmo ciente e diante da comprovação documental da cessão do crédito operada, relativa às diferenças ora postuladas, requereu o prosseguimento da demanda em visível afronta ao disposto no inciso I do artigo 17 do CPC, circunstância que enseja a aplicação, ex officio, das sanções a ela correspondentes.

Destarte, é impositivo que tal tipo de conduta processual não fique impune, pois houve ato atentatório à dignidade da Justiça, praticado pela requerente, que alterou a realidade dos fatos com inequívoco objetivo de obter provimento judicial ressarcitório relativo a crédito que não mais lhe pertencia. Assim, o ato de contempt of Court praticado pela autora tem como única punição possível a fixação de condenação em litigância de má-fé, que vai estabelecida em favor das demandadas.

Estou em que aplicáveis, in casu, os jurídicos fundamentos explicitados pelo Eminente MINISTRO FERNANDO GONÇALVES, ao relatar o Agravo Regimental no AI nº 138100/RS, 6ª Turma - STJ, unânime (DJU 30 JUN 1997), com ementa:

'PROCESSUAL CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO, DESDE LOGO, DA INDENIZAÇÃO DO ART. 18, PAR. 2., DO CPC EM 20% DO VALOR DA CAUSA. CARÁTER DE VERDADEIRA MULTA. CORRETO O JULGADO RECORRIDO QUE ASSIM ENTENDEU.

1 - O ART. 18, 'CAPUT', DO CPC, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI 8.952/1994, PERMITE A DECRETAÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DE OFÍCIO.

2 - AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI 8.952/1994 NÃO SUPRIMIRAM, COMO QUER O RECORRENTE, A MULTA, COMO PENA

Superior Tribunal de Justiça

APLICÁVEL AO LITIGANTE DE MÁ-FÉ. O PAR. 2., DO ART. 18, DO CPC, AO ESTABELECE QUE O JUIZ PODERÁ, DE PRONTO, FIXAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO EM QUANTIA NÃO SUPERIOR A 20% DO VALOR DA CAUSA TEM, INDUBITAVELMENTE O CARÁTER DE MULTA, TANTO QUE NÃO ISENTA A PARTE DESLEAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL AQUILIANA. E QUE, EM CASOS COMO O TRAZIDO A LUME, O JUIZ, DIANTE DAS DIFICULDADES PARA INVESTIGAR OS DANOS SUPOSTOS PELA PARTE INOCENTE, USA DA FACULDADE PREVISTA NO CITADO DISPOSITIVO, SIMPLIFICANDO E ACELERANDO OS ATOS E PROCEDIMENTOS, COM VISTAS A EFETIVIDADE DO PROCESSO.

3 - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.'

Assim, fixo o valor da litigância de má-fé em R\$1.000,00, em solidariedade com o patrono da autora.'

Como visto, o Tribunal de origem, ao decidir pela aplicação da sanção processual, o fez com base nas circunstâncias fáticas constantes dos autos. Assim, o exame acerca do cabimento da litigância de má-fé, tal como pretende a recorrente, esbarra na vedação prevista na Súmula 7 desta Corte.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DESTA CORTE SUPERIOR.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.438.198/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/5/2014, DJe 28/5/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 461 DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA E MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DO MUNICÍPIO DESPROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

3. É firme a orientação desta Corte quanto à impossibilidade do exame do cabimento da multa por litigância de má-fé aplicada pela instância de origem, na medida em que demanda a análise da existência do elemento subjetivo das hipóteses autorizadoras, o que é vedado a esta Corte, por óbice da Súmula 07/STJ.

[...]

5. Agravo regimental do MUNICÍPIO DE CAPIM GROSSO/BA desprovido.

(AgRg no AREsp 327.067/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/3/2014, DJe 7/4/2014)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA CONVERSÃO DE DEPÓSITOS EM RENDA DA UNIÃO. PLEITO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL DISCIPLINADO PELO ACÓRDÃO DE ORIGEM. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. MATÉRIA DO ART. 138, DO CTN NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. MULTA. ATO CONTRÁRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. O debate em torno da condenação imposta à empresa autora pela prática de ato atentatório à dignidade da justiça, por depender do reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 36.023/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/9/2012, DJe 25/9/2012)

Por outro lado, tem razão a parte recorrente no que diz respeito à sua responsabilização, solidariamente com a autora, pela multa por litigância de má-fé.

Esta Corte Superior tem trilhado o entendimento de que é indevida a fixação de multa e de indenização por litigância de má-fé em desfavor do causídico, tendo em vista que este não é parte na demanda. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. MULTA E INDENIZAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO CONTRA PROCURADOR DO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE.

I - O acórdão recorrido está em confronto com a orientação desta Corte, segundo a qual é incabível a fixação de multa e

Superior Tribunal de Justiça

indenização por litigância de má-fé em desfavor do próprio causídico, porquanto este não é parte na ação. Precedentes.

II - Recurso Especial provido.

(REsp 1533280/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 21/08/2015)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA MANDAMENTAL. TÍTULO EXECUTIVO APTO À REPARAÇÃO DOS DANOS PATRIMONIAIS. MULTA E INDENIZAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. APLICAÇÃO CONTRA O PROCURADOR DO ESTADO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 105/STJ.

1. Impetração contra ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, consistente na redução de proventos da impetrante mediante desconsideração das aulas suplementares ou extraordinárias, incorporadas por força de disposição contida na Constituição Estadual.

2. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

3. "A sentença concessiva da segurança deve ser considerada título executivo apto a reparar os danos patrimoniais sofridos, mesmo que não contenha parte condenatória expressa nesse sentido" (REsp 783.286/SP, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 14/3/2006, DJ de 10/4/2006).

4. Refeito o ato pela autoridade coatora, o pagamento das diferenças resultantes da majoração dos proventos da impetrante constitui simples consectário do novo ato de aposentadoria.

5. Má-fé processual evidenciada pelo fato de estar a impetrante, desde o ano de 2002, buscando a satisfação de um direito assegurado em sentença transitada em julgado. Impossibilidade de fixação de multa e indenização por litigância de má-fé em desfavor do Procurador do Estado. Precedentes da Corte Suprema.

6. Situação fática que demonstra resistência injustificada ao andamento do processo, caracterizando a litigância de má-fé, que justifica a manutenção da multa fixada com fundamento no 538, parágrafo único, do CPC.

7. Nos termos da Súmula 105/STJ, "na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios", independentemente de se tratar de incidente visando ao acerto da ordem judicial concessiva da

Superior Tribunal de Justiça

segurança.

8. Recurso especial parcialmente provido para excluir a multa processual e a indenização fixada contra o Procurador do Estado, bem como para afastar a condenação em honorários advocatícios.

(REsp 1370503/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 11/06/2013)

CIVIL E PROCESSO CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DO ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. É vedada a esta Corte apreciar violação a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Inviável o conhecimento do recurso especial no que concerne ao alegado julgamento "ultra petita", pois, nas razões do apelo excepcional, não há indicação de qualquer dispositivo infraconstitucional pretensamente violado. Súmula nº 284/STF.

3. Revisar a decisão que reconheceu a má-fé do recorrente somente seria possível mediante incursão indevida nas provas produzidas nas instâncias ordinárias, o que é defeso em sede de recurso especial, Incidência da súmula nº 07/STJ.

4. Responde por litigância de má-fé (arts. 17 e 18) quem causar dano com sua conduta processual. Contudo, nos termos do art. 16, somente as partes, assim entendidas como autor, réu ou interveniente, em sentido amplo, podem praticar o ato. Com efeito, todos que de qualquer forma participam do processo têm o dever de agir com lealdade e boa-fé (art. 14, do CPC). Em caso de má-fé, somente os litigantes estarão sujeitos à multa e indenização a que se refere o art. 18, do CPC.

5. Os danos eventualmente causados pela conduta do advogado deverão ser aferidos em ação própria para esta finalidade, sendo vedado ao magistrado, nos próprios autos do processo em que fora praticada a alegada conduta de má-fé ou temerária, condenar o patrono da parte nas penas a que se refere o art. 18, do Código de Processo Civil.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido.

(REsp 1173848/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010)

No mesmo sentido, colhe-se julgado do Supremo Tribunal Federal:

RECLAMAÇÃO. PROCURADOR FEDERAL. MULTA PESSOAL. SANÇÃO DISCIPLINAR. DESCUMPRIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 2.652/DF.

1. Os procuradores federais estão incluídos na ressalva do parágrafo único do art. 14 do Código de Processo Civil, não

Superior Tribunal de Justiça

sendo possível, assim, fixar-lhes multa em razão de descumprimento do dever disposto no art. 14, inc. V, do Código de Processo Civil.

2. Sem discutir o acerto ou desacerto da condenação por litigância de má-fé - prevista no art. 17, inc. V, do Código de Processo Civil -, imposta pela autoridade reclamada, tem-se que a condenação pessoal do Procurador do Instituto Nacional do Seguro Social ao pagamento de multa processual é inadequada porque, no caso vertente, ele não figura como parte ou interveniente na Ação.

3. Reclamação julgada procedente.

(Rcl 5133, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 20/05/2009, DJe-157 DIVULG 20-08-2009)

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, dou-lhe provimento apenas para afastar a responsabilidade do advogado da autora, ora recorrente, pela multa por litigância de má-fé.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator